COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 19 AGOSTO 1987

Timor-Leste presente nas Nações Unidas

A questão de Timor-Leste continua a ser um dos eixos centrais da acção diplomática indonésia.

Tal ficou bem patente na reunião dos países da Asean com os seus parceiros da baía do Pacífico (Austrália, Canadá, Japão, Nova Zelândia e EUA) que decorreu em Singapura entre 18 e 20 de Junho.

Nessa reunião, o ministro Mochtar pressionou para a criação de uma zona livre de armas nucleares no Sueste Asiático, no que contou com o apoio da Nova Zelândia. Quer a Tailândia e Singapura, quer os EUA e Japão, opuseram-se abertamente à proposta. Mas solidariezaram-se com o ministro indonésio quando este propôs o reforço e alargamento da cooperação com os pequenos Estados do Pacífico, utilizando como argumento que tinha sido a negligência da Asean que tinha favorecido a entrada da Líbia e da URSS naquela área. Os observadores presentes ao encontro de Singapura vêem nestas duas propostas de Mochtar uma forma de ganhar as simpatias daqueles Estados do Pacífico, apoiantes das lutas dos povos da Papua Ocidental e de Timor-Leste, sob ocupação militar indonésia.

Mas apesar do MNE indonésio, Mochtar Kusumaatmadja, se vangloriar dos sucessos da sua diplomacia que, segundo ele, teriam já levado as ONG estrangeiras a transferir o centro das suas intervenções da questão da autodeterminação de Timor-Leste para a questão dos direitos humanos (como se aquela não fizesse parte integrante destes), o problema de Timor-Leste vai estar de novo em debate durante o mês de Agosto em instâncias das Nações Unidas.

O Comité de Descolonização reunirá em Nova Iorque, tendo agendado para o dia 13 a discussão sobre Timor-Leste, e a Sub-Comissão para a Prevenção da Discriminação e a Protecção das Minorias (vulgo Sub-Comissão dos Direitos Humanos) reunirá em Genebra entre 10 de Agosto e 4 de Setembro, não sendo possível neste momento saber-se o dia exacto em que o problema será abordado.

À semelhança do que sucedeu o ano passado, em que intervieram 21 peticionários de 10 nacionalidades diferentes, entre as quais Portugal, espera-se que intervenham este ano sobre a questão em Nova Iorque um número significativo de peticionários e de maior peso institucional. Assim, do nosso país irão estar presentes o Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins e o deputado do PS, Raúl de Brito, que integrou a última Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste da Assembleia da República. Prevê-se igualmente a presença de parlamentares do Japão e da Austrália.

Quanto à Sub-Comissão, formada por peritos de direitos humanos de 26 países, admite a presença, enquanto observadores, de representantes dos países membros da ONU e das ONG que têm o estatuto de consultores das Nações Unidas, que disfrutam do direito de apresentar uma comunicação escrita e de fazer uma intervenção oral em cada ponto da Ordem de Trabalhos.

Pensa-se que irá estar presente a dar o seu testemunho um jovem timor de 25 anos de idade, que esteve preso na ilha de Ataúro até 1984, regressando a Portugal, integrado no programa de repatriamento, em Fevereiro deste ano. Aguarda-se igualmente com alguma expectativa a intervenção do representante português, Embaixador Costa Lobo, dado o endurecimento que a diplomacia do nosso país vem assumindo na arena internacional.

De acordo com um artigo de Peter Wise na *Far Eastern Economic Review* de 9 de Julho, Portugal e a Indonésia teriam retomado em Junho, em Nova Iorque, as negociações sob os auspícios do Secr. Geral da ONU, depois de as terem interrompido em Outubro do ano passado por recusa da Indonésia em aceitar as propostas de Lisboa, para uma consulta à população timor para decidir o seu futuro.

Segundo as fontes contactadas por Peter Wise, Jacarta teria regressado à mesa das conversações para evitar o impacto que a questão ameaça vir a ter na CEE por acção dos órgãos de soberania portugueses. Para essas fontes *"a Indonésia sente que pode manter os protestos a um nivel discreto e evitar embaraços políticos regressando às conversações mas arrastando-as o mais tempo possível"*, já que aquele país está particularmente ansioso em evitar controvérsias quando procura a todo o custo fazer-se eleger para a presidência do Movimento dos Não-Alinhados.

É facto, no entanto, assente que, por acordo entre as partes, a questão não será discutida na próxima AG das Nações Unidas.

Entretanto está prevista a realização da primeira Conferência da Ásia-Pacífico sobre Timor-Leste em Manila, entre 15 e 17 de Novembro próximo.

Organizada pelo CISET (Christians In Solidarity with East Timor), esta Conferência propõe-se analisar os factores geopolíticos regionais e internacionais relacionados com aquele território, definir uma estratégia regional, estabelecer um programa de acção e lançar as bases organizativas que o suportem.

Destinada basicamente a activistas, contará com a presença de elementos da solidariedade do Japão, Hong-Kong, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia, Singapura, Malásia, Austrália e Nova Zelândia, bem como de diversos Estados do Pacífico. □

Neste número:

- **Timor-Leste presente nas Nações Unidas**
- **Estudantes manifestam-se em Dili**
- **Os Quatro continuam retidos em Jacarta**
- **Austrália: por *"um jornalismo mais complacente"***
- **Indónésia: entre as dificuldades e os auxílios**

Estudantes manifestam-se nas ruas de Dili

Em 15 de Julho passado, um dia antes do 11.º aniversário da "integração" de Timor-Leste na República da Indonésia, registaram-se confrontos de rua em Dili, os de maior envergadura desde a data da invasão.

Na sequência da baixa das cotações do petróleo no mercado internacional, o governo indonésio foi forçado a efectuar cortes orçamentais muito profundos em programas de carácter social. O próprio governador Mário Carrascalão tinha recentemente admitido publicamente que a situação social, principalmente entre a juventude, estava a piorar, sendo cada vez mais difícil o acesso ao primeiro emprego. Não só o corte de verbas leva à não criação de novos postos de trabalho como quando aparecem são as mais das vezes ocupados por javaneses transmigrados que, pelo simples facto de dominarem a língua indonésia, se apresentam melhor posicionados que o natural maubere, mesmo que este tenha melhor formação académica.

Os confrontos de 15 de Julho surgem, pois, como corolário deste mal-estar latente, envolvendo centenas de jovens do ensino secundário e do recém-criado ensino universitário. Os estudantes manifestaram-se frente ao Palácio do Governador e à sede local do Golkar, o partido no poder em Jacarta, protestando contra a difícil situação em que se encontram, nomeadamente a discriminação no acesso ao ensino de que são vítimas (é corrente em Timor-Leste a venda pelos funcionários javaneses do direito — teoricamente gratuito — de matrícula nos estabelecimentos de ensino, o chamado *"formulir pendaftara"*). Os jovens exprimiram a sua revolta danificando edifícios públicos, nomeadamente as escolas de Dili que ficaram com os vidros partidos.

Ainda nesse dia, pelas 22,30h deflagrou um violento incêncio no Mercado de Dili, o qual destruíu totalmente as instalações situadas nas traseiras do mesmo e que constavam quase exclusivamente de lojas de transmigrados javaneses. Recorde-se que, na sequência da invasão de Timor-Leste, a etnia chinesa, que assegurava mais de 90% do comércio daquele território, foi forçada a abandoná-lo, passando as suas propriedades para as mãos dos novos senhores vindos de Java. Tanto os nacionalistas timores como a Igreja Católica têm denunciado este comércio como fonte de muita da corrupção e degradação moral que se vive hoje em Dili.

Embora as autoridades indonésias tenham classificado o incêndio como *"de origem misteriosa"*, não é difícil ver a mão da Resistência por detrás desta acção, bem como da agitação estudantil. Também não é fruto do acaso a data em que se verificaram estes acontecimentos: a Resistência timor mostrou deste modo ao ocupante que o 16 de Julho para ela só significa tristeza e sofrimento, uma razão mais para lutar.

Ao contrário do verificado nos anos anteriores, em 1987 não houve celebrações oficiais do 11.º aniversário da "integração". Nem sequer os jornais indonésios se lhe referiram... Os ocupantes andam de certeza muito ocupados com outras actividades. Segundo informações recente provenientes de várias fontes (cartas trazidas do interior, relatos de timores radicados na Austrália que se deslocam a Dili em visita a familiares, fontes eclesiásticas), o domínio da Resistência armada sobre toda a zona a leste da linha Baucau-Viqueque é actualmente quase total, devendo o número diário de baixas indonésias rondar as cinco unidades. □

Os Quatro estudantes continuam retidos em Jacarta

A situação dos quatro jovens estudantes timores retidos em Jacarta desde Outubro do ano passado, continua sem solução à vista, mentendo-se o impasse.

O assunto tem estado a ser discutido directamente (isto é, sem mediação holandesa) entre Portugal e a Indonésia desde Março em Nova Iorque. Embora esses contactos decorram no maior sigilo, existem indícios de que aquele país está a tentar "politizar" o problema dos jovens (que deverá ser encarado essencialmente como uma questão humanitária, de direito de asilo e liberdade de movimentação), incluindo-o no tema mais geral em discussão sobre o futuro político de Timor-Leste. A Indonésia pretenderá fazer depender a solução do caso de "avanços" (concessões portuguesas) no processo geral.

A posição até agora expressa pelos quatro jovens é a de que são cidadãos portugueses, pretendendo deixar a Indonésia com passaporte português (enviado há meses para Jacarta pelas autoridades de Lisboa). Das declarações públicas de vários responsáveis indonésios, nomeadamente do Gen. Benny Murdani, CEMGFA da Indonésia, depreende-se que essa solução está completamente fora das suas intenções, dado considerarem que a sua aceitação conduziria a reconhecer implicitamente a soberania portuguesa sobre Timor-Leste e, logo, a ilegalidade da sua ocupação. Na altura foi admitido por Murdani que os jovens poderiam vir a ser autorizados a sair se o fizessem com passaporte indonésio.

Sabendo-se que o avanço do processo negocial, num caso tão complicado como este, será sempre lento, parece evidente que a Indonésia só cederá se a pressão da diplomacia portuguesa se mantiver bem como da opinião pública internacional.

Quanto a esta, a questão foi já alvo de intervenção no Parlamento Europeu, encontrando-se agendada (embora sem carácter de urgência) a discussão e votação de uma moção, a ocorrer em Outubro. Neste sentido esteve em Maio em Lisboa a sr.ª Ien van der Heuvel, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Europeu, que recebeu uma carta particular dos quatro estudantes timores, dando conta da difícil situação em que se encontram e solicitando apoio.

Também a imprensa internacional se tem interessado pelo caso, como o provam as notícias surgidas em vários jornais e revistas australianas e japonesas. É o caso da entrevista com os quatro publicada recentemente pelo jornal japonês *Yomiuri* e da entrevista concedida por um dos jovens em Jacarta à cadeia nacional da Rádio Austrália.

Duma daquelas publicações, o *Ciset Newsletter* de Fev./Mar. 87, seleccionámos estratos de um artigo escrito por um jornalista que esteve em contacto directo com os estudantes timores e que dá conta da sua situação dramática.

"Antonino Gonçalves descreveu as suas experiências desde a altura da prisão: o medo de comprometer os amigos e a luta, caso quebrasse debaixo da pressão e da tortura psicológica; o seu choque ao descobrir que pessoas que se afirmavam apoiantes da luta eram, de facto, informadores; a sua mágoa pela desintegração de tanto da sua vida pessoal e do seu futuro. Quem sabe quantos mais meses ou anos terá ele e os outros de aguentar as circunstâncias que actualmente suportam?

"Todos eles só querem hoje uma coisa: deixar a Indonésia o mais depressa possível. Todos eles estão numa posição de completa não-cooperação com o governo indonésio: repetidos convites para se encontrarem com o Gen. Murdani têm sido recusados, bem como de ofertas de auxílio financeiro.

"Após outra vaga recente de 'assassínios misteriosos' em Jacarta, os quatro têm receio de deixar a casa onde estão instalados, com excepção das visitas semanais à Embaixada da Holanda. Mesmo na sua própria casa estão sujeitos à

intimidação diária por militares à paisana que os visitam frequentemente e os sujeitam a constante desgaste psicológico. As próprias crianças da rua foram instruídas para vigiar a casa e relatar todas as actividades e visitantes havidos.

"Todos ficaram confortados por saberem que o seu caso continua vivo fora da Indonésia. Precisam muito de apoio financeiro (muitos dias só comem uma refeição por temerem que o dinheiro entretanto se esgote). Todavia, salientaram que, mais que tudo, é de apoio internacional continuado que necessitam, sob a forma de pressão através dos canais apropriados, para a resolução completa do seu caso e a sua libertação da Indonésia.

"Abílio manteve-se calado durante toda a conversa, retirando-se a meio. Quando nos dirigíamos para o taxi que nos levaria de volta para a cidade, ele disse apenas: 'Por favor, não se esqueça do que isto aqui é para nós'."

Foi a vitalidade demonstrada pela opinião pública, nacional e internacional, nestes meses que conseguiu evitar a eliminação física dos jovens. É necessário que ela se mantenha vigilante e mobilizada. □

Austrália: Contributo para "*um jornalismo complacente*"

O diário australiano *The Age* de 16 de Maio passado trouxe um artigo do jornalista *AlanFitzgerald* a propósito de declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país, Bill Hayden, apelando para *"um jornalismo mais complacente na Indonésia e na Austrália, de modo a que a informação da imprensa não destrua os laços entre os dois países"*.

Pegando em acontecimentos ocorridos durante a invasão indonésia de Timor-Leste, como é o caso dos cinco jornalistas australianos assassinados pelos militares de Jacarta, Alan Fitzgerald transporta-os e enquadra-os na invasão nazi da Polónia, estabelecendo um paralelo entre estes dois crimes contra a humanidade.

Pela sua oportunidade e qualidade tomámos a liberdade de o traduzir e de aqui o publicar.

Far Eastern Economic Review

1.º Ministro Bob Hawke: o antes e o depois. Uma caricatura complacente?

"Olha Smith, como teu instrutor de Jornalismo Complacente no Colégio de Claytons, estou muito desapontado com os teus progressos na matéria."

"Chumbou o meu exercício?"

"Não tive outra hipótese, Smith. Dei-te um tema fácil: 'Imagine que é um correspondente estrangeiro na altura em que Hitler invade a Polónia'."

"Mas apreendi bem os factos, não? As manobras secretas, o ultimato, o ataque relâmpago à Polónia, os bombardeamentos de aldeias e de mulheres e crianças indefesas, as vagas de refugiados, a incapacidade dos amigos da Polónia de a ajudarem a tempo..."

"Sim, sim, apanhaste os factos mas onde está a complacência? Tudo se resume a um preconceito contra os Nazis. Na guerra nem tudo é preto ou branco. Confrontados com a intransigência e a provocação polaca, a sua recusa em aceder aos modestos pedidos de Hitler por um pouco mais de espaço a leste..."

"Mas os Nazis invadiram a Polónia!"

"Apenas em legítima defesa, Smith! Pensaste nisso por acaso? Os polacos estavam a mobilizar a sua cavalaria ao longo da fronteira com a Alemanha. Onde está a tua tolerância e o teu humanismo para com o governo do 3.º Reich?"

"Mas eles são os maus. Estão do lado errado."

"Nunca serás um correspondente estrangeiro enquanto não aprenderes que não há bons nem maus. Não há bem nem mal. O que há são políticas e interesses nacionais em jogo. Não te deves apressar em julgar."

"Quer dizer com isso que perspectivei mal?"

"Claro, Smith. Devias ter vistas mais largas. Por exemplo, o comércio britânico com a Alemanha. Valeu a pena deitar fora milhões de libras em exportações por causa de uma guerra mundial? Valia a Polónia o sacrifício estratégico dos interesses britânicos? Não poderiam entender-se razoavelmente bem o 3.º Reich e o Império Britânico se estivessem preparados para respeitar os seus sistemas políticos e as suas diferentes tradições culturais?"

"Então a invasão não era a única questão? Estava algo mais em jogo além dos polacos?"

"Exactamente, Smith. O teu artigo, simplista e emocional, teria deteriorado as relações entre o 3.º Reich e os vizinhos. Porias em risco a discussão racional, as mesas redondas e as iniciativas diplomáticas, já para não falar das trocas comerciais."

"Mas os Nazis estavam a matar pessoas!"

"Todos temos de morrer um dia, Smith. Por vezes, na persecussão de uma política de interesses a longo prazo de uma nação, algumas pessoas têm de morrer no fogo cruzado."

"Mas descobri que os Nazis mataram cinco jornalistas que tinham ido para a frente de batalha do lado polaco para relatar a guerra. Nem sequer eram polacos mas observadores neutrais."

"E como é que querias que o comandante dos Panzer soubesse disso? Onde está a tua complacência, Smith? Um soldado, no cumprimento do seu dever, atravessa a fronteira com os seus homens e é confrontado com estrangeiros com câmeras de televisão e cruzes vermelhas pintadas nas paredes das cabanas. Podiam ser espiões, agentes provocadores, sabotadores, o próprio inimigo. Que queres que ele faça?"

"Ele alinhou-os contra uma parede e matou-os pelas costas. Achei isso odioso."

"Lá voltas tu, Smith, a fazer juízos de valor. Não estavas lá, pois não? Tudo isso não passa de boatos e é melhor ser esquecido."

"E então os polacos? Eles só queriam viver em paz e existir como nação independente. Em vez disso foram invadidos pelos alemães enquanto os russos olhavam para o lado."

"Claro, Smith, mas não percebes que havia sérias razões de Estado para o Kremlin fazer isso? E o pobre do Hitler, sempre a ser perseguido pelos seus generais, não teve outra opção senão actuar decididamente. Por outro lado, a instabilidade polaca podia vir a ser uma ameaça para toda a região.

"Parece-me que agora já apreendeste o quadro e vou-te dar mais uma oportunidade. Pega nesta situação hipotética: Timor-Leste revolta-se contra o domínio colonial português e declara a independência. A Indonésia invade aquele território e mata centenas de milhares de pessoas enquanto a Austrália olha para o outro lado.

"Quero um artigo complacente sobre isto para daqui a oito dias.

"E não poupes os timorenses." □

Indonésia:
Entre as dificuldades e os auxílios

Com os ventos de mudança que sopram na região da Ásia/Pacífico, muitos observadores interrogam-se até que ponto o regime de Jacarta conseguirá ficar ao abrigo destes ventos, numa situação em que o problema da sucessão do Presidente Suharto começa a dominar o quadro político interno.

Por outro lado, as camadas sociais dominantes daquele país não têm conseguido encontrar o consenso necessário à definição de uma política que combata a contínua degradação da sua situação económica.

Sectores crescentes da sociedade indonésia têm vindo a fazer-se eco da necessidade de introduzir alterações no funcionamento da economia do país. O Dr. Jisman Simanjuntak, proeminente economista do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, num artigo para a *Far Eastern Economic Review* de 2 de Julho, reconhecia que para dar emprego a uma força de trabalho que crescia à taxa de 3% ao ano, a economia indonésia deveria crescer de 9% ao ano, bastante acima dos valores de 1985 e 1986 que ficaram pelos 1,9% e 1,6%, respectivamente. Ora, de acordo com o Dr. Simanjuntak, para atingir aquela taxa, o investimento teria que crescer 27% ao ano o que é contrariado pela política monetária de controlo da inflação que onera fortemente as taxas de juro. Reconhecendo que a actual situação é fundamentalmente derivada da queda dos preços do petróleo, adverte, no entanto, contra as falsas esperanças de uma subida dos preços do ouro preto a curto prazo, já que *"os preços actuais parecem ser mais o resultado de uma mudança estrutural nas economias industriais do que um fenómeno cíclico passageiro"*.

O especialista do Centro de Estudos termina afirmando que a política de investimentos deveria ser reorientada para a produção virada para exportação, tirando partido dos recursos em mão-de-obra, e defendendo a desregulamentação e a liberalização da economia.

O governo da Indonésia proibiu, entretanto, o diário *Prioritas* por, segundo um porta-voz oficial, ter publicado notícias *"incorrectas e tendenciosas"* sobre a situação económica do país. A proibição do jornal — com uma circulação de mais de 100 000 exemplares — surgiu cinco dias depois de ter publicado uma entrevista com o embaixador indonésio em Tóquio, em que este criticava a política governamental de investimentos como tendo falta de credibilidade. Embora esta notícia possa ter funcionado como causa imediata da proibição, observadores acreditam que teriam sido antes as posições críticas que vinha assumindo nos últimos tempos relativamente ao crescimento da dívida externa que terá levado as autoridades a suspender a sua publicação. Recorde-se que em Outubro do ano passado um outro diário de grande circulação, o *Sinar Harapan*, tinha sofrido a mesma sorte por motivos semelhantes.

Por outro lado, o diário das FFAA, o *Angkatan Bersenjata*, estimava recentemente em 100 biliões de dólares americanos os depósitos indonésios no estrangeiro, revelando deste modo a importância crescente que a fuga de capitais vem assumindo na economia indonésia.

A classe empresarial argumenta que é a prática monopolística do governo que conduz aos depósitos no estrangeiro, especialmente em Singapura. É sabido que muitos dos monopólios que têm vindo a ser postos em causa — plásticos, aço, cereais, entre outros — estão nas mãos de grupos com relações especiais com a família do Presidente Suharto. Mas além de expressar a frustação a propósito dos monopólios e do subdesenvolvimento das infra-estruturas económicas, também reflecte os receios da dinâmica comunidade empresarial chinesa sobre os sentimentos do ainda não designado sucessor de Suharto e dos caminhos que este trilhará relativamente a ela, comunidade.

Os analistas foram unânimes em ler no envolvimento da juventude na campanha eleitoral do PDI e no seu interesse pela figura, recentemente reabilitada, do antigo presidente Sukarno, a manifestação de uma vontade, não claramente expressa, de mudança política na direcção dos destinos do país.

De acordo com Michael Byrnes, correspondente do *Australian Financial Review* em Jacarta, antes das autoridades indonésias lhe retirarem o visto de permanência no país, tem-se observado nos últimos tempos uma tensão crescente no seio da camada dirigente indonésia. Esta tensão está associada não só à sucessão de Suharto como à constituição da próxima equipa governativa que acompanhará a implantação do V Plano Quinquenal, a iniciar-se em 1989, logo após a "eleição" presidencial em Março.

Gen. Murdani, candidato a Ministro da Defesa

Segundo Byrnes, as relações entre Mochtar e Murdani degradaram-se ao longo de todo o ano de 1986, sendo pouco provável que o primeiro continue como MNE do próximo governo. Quanto a Murdani, existiriam rumores que o apontariam como próximo ministro da Defesa, com poderes que excederiam largamente os que incumbem ao actual ministro. O cenário mais provável de sucessão passa por Try Soetrisno, que desempenha hoje as funções de CEM do Exército, na Presidência.

Mas para além das lutas internas pelo poder, tendo como pano de fundo uma difícil situação económica e a persistência de guerras coloniais na Papua Ocidental e em Timor-Leste, o regime de Jacarta tem igualmente de fazer frente às forças que no seio da República indonésia lutam por uma autonomia crescente. Em Dezembro do ano passado, os meios militares reconheciam publicamente a prisão de treze membros do Movimento do Aceh Livre, região da ilha de Sumatra com um forte sentimento nacionalista e islâmico.

Mas apesar destas dificuldades e do futuro pouco radioso que espreita o regime de Jacarta, apesar das preocupações que se começam a levantar a nível mundial sobre o contínuo aumento da dívida externa da Indonésia, o IGGI (InterGovernmental Group on Indonesia), reunido em Haia em 18 de Junho, decidiu aumentar a sua ajuda ao regime de Jacarta em 20%, atingindo essa ajuda, para o ano fiscal de 87/88, o montante de 3,19 biliões de dólares americanos. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas, 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel.: 57 47 18/54 13 08 **Execução gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 500 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 **Assinatura anual:** 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094